



RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 4594873 Data: 25/07/2013
NOME : GEO. BRASIL SERVICOS AMBIENTAIS

Assunto : RECURSO ADMINISTRATIVO
Orgao : DIRETORIA JUDICIARIA
Local : DIVISAO DE ATENDIMENTO - PROTOCOLO

ADICIONAL : BRASILIA/DF.

Historico : POR MEIO DE SEU PROCURADOR A EMPRESA CITADA EM RE
FERENCIA AO EDITAL N°45/2013 VEM IMPUGNAR O ATO ES
PECIALMENTE A PLANILHA ORCAMENTARIA DA OBRA PERFU
RACAO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

GOIANIA, 25 DE julho DE 2013

ASSINATURA

CI Numr: _____

Brasília 18 de julho de 2013

Ao Tribunal de justiça do Estado de Goiás
Coordenadoria de Obras
Comissão Permanente de licitação
Referente Edital nº 045/2013 – Tomada de Preços

Ilmo. Senhor Presidente Rogério Jaime,

GEO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 07.421.364/0001-94, Geo. Brasil Serviços Ambientais Ltda., situada no Trecho 17, Rua 12, Lote 175, Setor de Indústria e Abastecimento, Brasília-DF, fone 61 3342-4040, representada pelo seu Diretor Técnico ao final subscritor, vem através do presente, com fundamento no item 3, das norma editalícias, contidas no edital acima referenciado, tempestivamente, IMPUGNAR o ato convocatório, especialmente a planilha orçamentária referente a construção do poço tubular profundo, e o faz nos seguintes termos:

OBRA. Perfuração de poço tubular Profundo

Na referida planilha orçamentária apresentada, que é parte integrante do edital, não constou a execução de serviços e aplicações de materiais necessários a construção do poço de acordo com as normas do SEMARTT, Saneago e NBR 12.212, os quais a seguir enumeramos:

1. Não constou fornecimento e instalação de revestimento de aço DIN 2440 de 6" em barras de 6 metros em quantidade estimada de 72 metros.

Valor estimado por metro R\$ 180,00

Total R\$ 12.960,00

2. Não constou teste de vazão do poço por 24 horas ininterruptas para complementação do relatório de Outorga.

Valor por hora R\$ 150,00

Total R\$ 3.600,00

3. Não constou análise física, química e bacteriológica da água que deverá acompanhar o relatório de Outorga.

Valor unitário R\$ 450,00

Total R\$ 450,00

4. Não constou a execução de laje de proteção sanitária.

Valor unitário R\$ 350,00

Total R\$ 350,00

Nr.: 459478 25/07/2013 16:47:22 - TJGO/DAJ





5. Não constou transporte e mão de obra para instalação da moto bomba o poço.

Valor unitário R\$ 1.800,00

Total R\$ 1.800,00

6. Não constou tubo de manobra (tubo de boca) de 10", (cinco metros).

Valor unitário R\$ 260,00

Total R\$ 1.300,00

Valor total estimado de serviços e materiais não constantes na planilha orçamentária do Edital R\$ 20.460,00 (vinte mil quatrocentos e cecenta reais).

Ante o exposto encarecemos as necessárias providencias no sentido de que seja corrigida a planilha questionada. Caso assim não entendam os técnicos desse prestigioso Órgão, que promovam os necessários esclarecimentos sobre a inclusão de tais custos na planilha oferecida.

Atenciosamente

GEO BRASIL LTDA

Fernando Menezes
Geólogo Eng. Civil
CREA 101950

Geo. Brasil Serviços Ambientais

Eng. Civil e geólogo Fernando Menezes

Diretor Técnico

Memorando

Número : 065/2013
Data : 30.07.2013
Da : Divisão de Manutenção Predial do Interior
Para : Coordenadoria de Obras
Assunto : Edital 045/2013 – Poço Profundo de Urutai

Senhor Coordenador,

Em atenção à vossa solicitação, prestamos os seguintes esclarecimentos referentes ao teor do pedido de impugnação da empresa GEOBRASIL ao Edital 045/2013, datado de 18/07/2013.

1 - Cita não ter constado fornecimento e instalação de revestimento de aço DIN 2440 de 6" em barras de 6 metros em quantidade estimada de 72 metros.

Resposta: Material não aplicável ao projeto em pauta.

2 – Cita não ter constado teste de vazão do poço por 24 horas ininterruptas para complementação do relatório de outorga.

Resposta: O referido teste consta no orçamento.

3 – Cita que não constou análise física, química e bacteriológica da água que deverá acompanhar o Relatório de Outorga.

Resposta: A referida análise consta no orçamento.



Memorando

4 – Cita não constar a execução de laje de proteção sanitária

Resposta: Já existe uma laje no pátio predial de Urutaí. Eventuais danos e necessidades de demolição parcial serão analisados pela fiscalização, quando na execução da obra e nos termos do Caderno de Especificações (Memorial Descritivo).

5 – Cita não constar transporte e mão de obra para instalação da motobomba no poço.

Resposta: Transportes e mão de obra constantes no orçamento.

6 – Cita não constar tubo de manobra de 10".

Resposta: Tubulações e conexões necessárias à execução do projeto constantes no orçamento.

Aproveitamos para informar que a empresa GEOBRASIL não apresentou referencial de custos nos termos das Resoluções 114/2010 CNJ e 09/2012 TJ.GO.

Concluimos informando que o Caderno de Especificações (Memorial Descritivo) possuem todas as informações necessárias e suficientes à execução do projeto, incluindo materiais, serviços e demais providências, tendo se considerado dispositivos afins já existentes no pátio predial.

Respeitosamente,



Eng. Civil Rodrigo S. Santos
Divisão de Manutenção Predial do Interior



Eng. Orley Gavião Gonzaga de Castro Filho
Diretor DMPI



Processo nº : 3294854/2010, 3687970/2011, 4247884/2012 e 4262271/2012
Referência : Tomada de Preços nº 045/2013
Objeto : Contratação de empresa(s) para execução de obras
Assunto : Impugnação

DOS FATOS

Trata-se da análise dos argumentos apresentados pela empresa GEO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, (expediente nº 4594878/2013), visando a impugnação do edital de licitação nº 045/2013, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a contratação de empresa(s) para a execução das obras de: 1. implantação do sistema de CFTV, central de alarme cerca elétrica sobre a grade do Fórum da comarca de Aragarças-GO; 2. perfuração de poço profundo no prédio do Fórum da comarca de Urutaí-GO e; 3. instalação de portão eletrônico na garagem do Fórum da comarca de Turvânia-GO, face às possíveis irregularidades presentes no mesmo.

DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Alega a recorrente que:

1. na planilha orçamentária apresentada no edital, não constam matérias e serviços necessários à construção do poço de acordo com as normas do SEMARTT, SANEAGO e NBR 12.212, os quais assim enumerou:

- Fornecimento e instalação de revestimento de aço DIN 2440 de 6" em barras de 6 metros em quantidade estimada de 72 (setenta e dois) metros;
- Teste de vazão do poço por 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas para complementação do relatório de outorga;
- Análise física, química e bacteriológica da água que deverá acompanhar o relatório de outorga;
- Execução de laje de proteção sanitária
- Transporte e mão de obra para instalação da motobomba do poço e;
- Tubo de manobra (tubo de boca) de 10" (cinco metros).



Requer, restando demonstrado as várias falhas constantes da planilha, a devida correção.

DA APRECIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

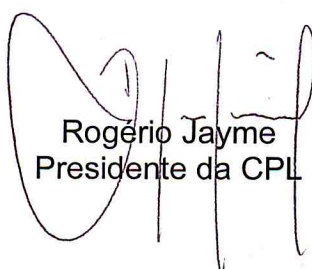
Após apreciar as razões apresentadas pela impugnante bem como as informações recebidas da área técnica, conforme memorando nº 065/2013, da Divisão de Manutenção Predial do Interior (fls. 05 e 06), tem-se que:

1. O fornecimento e instalação do aço DIN 2440 de 6", em barras de 6 (seis) metros, em quantidade estimada de 72 (setenta e dois) metros não são aplicáveis no projeto em pauta;
2. Quanto ao teste de vazão do poço por 24 (vinte e quatro) horas, a análise física, química e bacteriológica da água que deverá acompanhar o relatório de outorga, o transporte e mão de obra para a instalação da motobomba no poço, bem como as tubulações e conexões necessárias à execução do projeto, são itens constantes do orçamento;
3. Quanto à laje de proteção sanitária, já existe uma no pátio do referido prédio;
4. O caderno de especificações técnicas (memorial descritivo) constante do anexo III do edital, às fls. 413 a 419, possui todas as informações necessárias e suficientes à execução do projeto, incluindo materiais, serviços e demais providências.

CONCLUSÃO

Conhece a Comissão Permanente de Licitação da impugnação apresentada por considerá-la tempestiva e, pelas razões acima apontadas, decidiu pela manutenção do edital, entendendo estar o mesmo em total consonância com o disposto na Lei 8.666/1993.

Goiânia, 30 de julho de 2013.


Rogério Jayme
Presidente da CPL